

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EDMARCOS FELIZARDO DA SILVA

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: estudo da situação financeira
em empresa do ramo de combustíveis**

Juína-MT

2017

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

EDMARCOS FELIZARDO DA SILVA

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: estudo da situação financeira
em empresa do ramo de combustíveis**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Profa. Esp. Antonielle Pagnussat.

Juína-MT

2017

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Linha de Pesquisa: Análise das Demonstrações Contábeis

SILVA, Edmarcos Felizardo. **Análise das demonstrações contábeis:** estudo da situação financeira em empresa do ramo de combustíveis. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juína-MT, 2017.

Data de defesa: 16/11/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Antonielle Pagnussat
ISE/AJES.

Membro Titular: Prof. Me. Wilson Antunes de Amorim
ISE/AJES.

Membro Titular: Prof. Me. Ricardo Zamperetti
ISE/AJES.

Local: Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

AJES – Unidade Sede, Juína-MT

DECLARAÇÃO DE AUTOR

*Eu, EDMARCOS FELIZARDO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade – RG nº 1994318-0, SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 049.699.681-95, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: estudo da situação financeira em empresa do ramo de combustíveis**, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.*

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Juína-MT, 16 de novembro de 2017.

EDMARCOS FELIZARDO DA SILVA

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais Maria Helena e Edilson, amigos, professores do curso e a todos aqueles que de certa forma contribuíram na realização do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter a oportunidade de realizar uma graduação e vencer todos os desafios presentes ao longo do curso.

Agradeço também a todos os meus professores que me acompanharam durante a graduação, em especial a profa. Antonielle Pagnussat, que me acompanhou na realização deste trabalho com sabedoria e determinação. Agradeço também aos meus amigos, em especial ao Paulo Gleyson, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas.

À Flavia dos Santos, pessoa com quem amo partilhar a vida. Agradeço a minha família, minha mãe, que sempre me motivou nos momentos difíceis. Agradeço também a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

“ Para se ter sucesso, é necessário amar de verdade o que se faz. Caso contrário, levando em conta apenas o lado racional, você simplesmente desiste. É o que acontece com a maioria das pessoas. ” **Steve Jobs**

RESUMO

A análise das demonstrações contábeis é uma das ferramentas mais importantes na contabilidade, as informações obtidas nas análises são de suma importância para tomada de decisões. Tais informações são solicitadas por bancos e fornecedores que as utilizam para avaliar a situação financeira das empresas. Contudo, esta análise não serve apenas para esse fim, vai além da perspectiva de captação de recursos, serve, sobretudo, para que as empresas, através de seus resultados, tenham como medir sua própria situação. Este trabalho teve como finalidade analisar a situação financeira de uma empresa do ramo de combustíveis localizada na cidade de Juína – MT. Foram disponibilizadas pela empresa as demonstrações necessárias para realizar as análises: vertical e horizontal, capital circulante líquido, índices de liquidez e índices de endividamento, referente aos períodos de 2015 e 2016. A metodologia para se desenvolver o estudo de caso deste trabalho envolve a pesquisa qualitativa, pesquisa descritiva e pesquisa bibliográfica. Os resultados alcançados apontam uma boa folga financeira para a empresa, o que possibilita a captação de recursos junto a fornecedores e instituições financeiras.

Palavras-chave: contabilidade, demonstrações, análises.

ABSTRACT

The analysis of the financial statements is one of the most important tools in accounting. The information obtained from those analysis is of utmost importance for decision making. Such information is requested by banks and suppliers that use them to assess the financial situation of the firm. Nevertheless, this analyze is not only used for this purpose it goes beyond the perspective of fundraising it, especially, suits the firm as a measure of their own situation. This paper had as purpose of analyze the financial situation of a fuel company located in the town of Juina, MT. The company made available its financial statements that were necessary to the analysis: vertical and horizontal, net working capital, liquidity and debt ratios of the 2015 and 2016 periods. The methodology used to develop this study involves qualitative, descriptive and bibliographic researches. The results achieved indicate a good financial advantage which enables funding with suppliers and financial institutions.

Keywords: accounting, statement, analysis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Balanço Patrimonial	28
Quadro 2 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	29
Quadro 3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	31
Quadro 4 - Estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Direto	33
Quadro 5 - Estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto.....	34
Quadro 6 - Demonstração do Valor Adicionado	35
Quadro 7 - CCL Positivo	39
Quadro 8 - CCL Negativo.....	40
Quadro 9 - CCL Nulo	40
Quadro 10 - CCL Com RP e LP	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Patrimonial, ativo com análise vertical e horizontal.....	48
Tabela 2 - Balanço Patrimonial, passivo com análise vertical e horizontal	50
Tabela 3 - DRE com análise vertical e horizontal	52
Tabela 4 - CCL, Índices de Liquidez e Endividamento	54

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
AC	Ativo Circulante
AH	Análise Horizontal
AÑC	Ativo Não Circulante
AP	Ativo Permanente
APIMEC NACIONAL	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
AV	Análise Vertical
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CCL	Capital Circulante Líquido
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Curto Prazo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
JCP	Juros sobre o Capital Próprio
LP	Longo Prazo
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
PÑC	Passivo Não Circulante
RP	Recursos Permanentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE	17
1.1.1 A contabilidade nos tempos atuais	18
1.2 CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO GERENCIAL	21
1.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
1.3.1 Balanço Patrimonial	24
1.3.1.1 Ativo.....	26
1.3.1.2 Passivo	27
1.3.1.3 Patrimônio Líquido	28
1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	29
1.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	30
1.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	31
1.3.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	35
1.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	36
1.4.1 Análise Horizontal	37
1.4.2 Análise Vertical	37
1.4.3 Capital Circulante Líquido (CCL)	38
1.4.3.1 Capital Circulante Líquido Positivo	39
1.4.3.2 Capital Circulante Líquido Negativo	40
1.4.3.3 Capital Circulante Líquido Nulo	40
1.4.4 Índices de Liquidez	41
1.4.4.1 Índice de Liquidez Corrente.....	41
1.4.4.2 Índice de Liquidez Seca	41
1.4.4.3 Índice de Liquidez Imediata.....	42
1.4.4.4 Índice de Liquidez Geral.....	42
1.4.5 Indicadores de Endividamento	43
1.4.5.1 Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais ..	43
1.4.5.2 Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre o Capital Próprio.....	43
1.4.5.3 Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total.....	44
2 METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA	45

2.1 QUANTO AOS MEIOS.....	45
2.2 QUANTO AOS FINS	45
3 ESTUDO DE CASO	47
3.1 DESCRIÇÃO SOBRE A EMPRESA.....	47
3.2 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL	48
3.3 ANÁLISE DOS INDICADORES CCL, LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO.....	54
3.3.1 Capital Circulante Líquido (CCL)	55
3.3.2 Índices de Liquidez	56
3.3.3 Índices de Endividamento	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

A contabilidade tem seu início logo com as primeiras atividades humanas, embora ainda não descoberta. Os registros manuais dos povos primitivos eram importantes para registrar quantidades e informações precisas. Com o avanço dos anos e, apresentado mudanças muito lentas até o surgimento da moeda. Conforme Ludícibus (2006, p. 35) “É claro que a Contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda”.

Embora ainda não conhecida, a contabilidade passa a ser mais desenvolvida pelos comerciantes e produtores, onde são efetuados registros em operações de negócios. De acordo com publicação de Ludícibus (2006, p. 35) “Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária”.

Com o surgimento da era digital, que favoreceu a contabilidade e o profissional contábil, foram desenvolvidos sistemas para registrar os documentos contábeis, garantindo maior agilidade e facilidade no momento de procurar algum documento necessário. Os sistemas contábeis passaram a ser uma ferramenta essencial no dia a dia dos contadores, oferecendo relatórios com informações seguras e precisas. Os relatórios emitidos com tanta facilidade pelos sistemas são nomeados como “Demonstrações Contábeis”, para Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 12), “As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. [...]”.

As Demonstrações Contábeis inicialmente serviam apenas para cumprir a legislação e atender ao fisco, contudo, a facilidade da tecnologia proporciona contato direto dos gestores com esses relatórios, que devem servir como base para a correta tomada de decisão. Conforme BRAGA (2012, p. 129) através da Análise das Demonstrações Contábeis é possível “...revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa”.

Tendo em vista a relevância da análise citada, esta pesquisa buscou responder o seguinte problema de pesquisa: qual foi a situação financeira de uma empresa do ramo de combustíveis, situada no município de Juína-MT, nos anos de 2015 e 2016?

Dessa forma, apontou-se como objetivo geral do estudo identificar qual foi a situação financeira da empresa citada, tomando como base as informações contidas no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. Os objetivos específicos que corroborarão para o alcance do objetivo geral foram: fazer um estudo bibliográfico sobre as teorias utilizadas para fundamentar a pesquisa; apresentar um estudo de caso através dos dados fornecidos da empresa do ramo de combustíveis; e apresentar a situação financeira da empresa através das análises das demonstrações contábeis.

A justificativa desse estudo dá-se pela importância que a Análise das Demonstrações Contábeis tem para as empresas. O objetivo é oferecer diversos indicadores que são alimentados com dados obtidos através das demonstrações da empresa. Podendo ser comparado o exercício anterior ao exercício seguinte e, podendo envolver mais períodos para avaliar as perspectivas de crescimento da empresa a longo prazo.

As empresas, na maioria das vezes não fazem nenhum tipo de análise de suas demonstrações. Essa deveria ser uma atividade mais praticada pelas organizações, pois, tomadas de decisões sem o conhecimento da situação financeira da empresa podem acarretar sérios problemas futuros. Além disso, um Balanço Patrimonial é cobrado por bancos e fornecedores, por exemplo, que analisam se a empresa apresenta boas condições financeiras para liquidar suas dívidas.

Este trabalho é relevante pelo fato de estar colocando em prática todo o conhecimento adquirido em teoria. Deste modo, com o desenvolvimento da análise financeira na empresa, foi possível identificar se a mesma apresenta folga financeira ou não. No momento da proposta, para a realização do trabalho, a empresa deixou claro que nunca foi feito este tipo de análise, e apresentou interesse em saber se apresenta folga financeira através dos indicadores.

A análise da parte financeira é importante principalmente para a mesma tomar decisões tendo como base os resultados obtidos. Sendo também de grande

importância para os leitores que buscam saber quais são os procedimentos utilizados para se fazer uma análise das demonstrações contábeis em uma empresa.

No desenvolvimento do trabalho, são apresentadas as Análises Horizontais e Verticais e também os Índices de Liquidez, Capital Circulante Líquido e Índices de Endividamento. Sendo que os períodos analisados foram somente 2015 e 2016. As demonstrações utilizadas foram somente o Balanço Patrimonial e DRE. Não foi feita a análise econômica da empresa e, portanto, não serão apresentados neste trabalho os Indicadores de Prazos Médios, Ciclo Operacional, Indicadores de rentabilidade, Alavancagem Financeira, Análise de Fluxo de Caixa, Análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Análise da Demonstração do Valor Adicionado.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos, conforme a estrutura: Capítulo I – Introdução, problema, objetivo geral, objetivo específico, justificativa, delimitação e estrutura do trabalho; Capítulo II – Fundamentação teórica, a origem e evolução da contabilidade, contabilidade gerencial, demonstrações contábeis, análise das demonstrações contábeis; Capítulo III – Metodologia de pesquisa científica; Capítulo IV – Estudo de caso e discussão dos resultados; e Capítulo V – Considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A origem da contabilidade acontece através dos primeiros registros efetuados pelos povos primitivos. Conforme Ludícibus (2006), os primeiros sinais da contabilidade surgiram por volta de 2.000 a.C. Antes disso, o homem primitivo, ao fazer uso dos instrumentos de caça e pesca, já seria uma pratica rudimentar da contabilidade. Os primeiros exemplos completos sobre a contabilidade surgem no terceiro milênio a.C. na Suméria e Babilônia (Iraque), no Egito e na China.

Sá descreve que “O desenho do animal ou da coisa representava a natureza da utilidade que o homem primitivo havia conquistado e guardara; os riscos que quase sempre se seguiam ao desenho da coisa ou objeto denunciavam a quantidade existente”. (2010, p. 22).

Na obra de Sá, os registros eram feitos “De forma rudimentar, as inscrições procuravam, com desenhos, representar a qualidade da coisa e com os rabiscos a quantidade”. (2010, p. 22). É possível observar que nesta época, os primitivos se preocuparam em registrar os animais.

A contabilidade teve uma evolução pouco lenta até o surgimento da moeda. Conforme a obra de Ludícibus “[...] a preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da antiguidade (como hoje também o é), e ele teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial [...]”. (2006, p. 35). O homem se preocupava com seus bens, por este motivo, era feito o registro das riquezas e propriedades, de modo a evidenciar todos os bens que possui e valores, especificando em valores e descrições.

Conforme Ludícibus, “[...] o surgimento inicial do método contábil, na Itália, provavelmente no século XIII ou XIV, de sua divulgação no século XV (obra de Frà Luca Pacioli), da disseminação da “escola italiana” por toda Europa [...]” (2006, p. 36).

Acontece que a escola italiana apresentava algumas características desfavoráveis. De acordo com Ludícibus “[...] o grau de confiabilidade e a importância da auditoria não eram ainda tão enfatizados, comparativamente aos Estados Unidos”. (2006, p.37).

Segundo Iudícibus, por meio destes fatores desfavoráveis:

Esse conjunto de fatores desfavoráveis foi se acentuando a partir de 1920, com a ascensão econômica e cultural do colosso norte-americano. Hoje, mesmo na Itália, nas faculdades do norte do país, muitos textos apresentam influência norte-americana e as principais empresas contratam na base da experiência contábil de inspiração norte-americana. (IUDÍCIBUS, 2006, p. 37).

De acordo com Iudícibus, o Brasil foi influenciado por escolas italianas:

[...] a contabilidade no Brasil evoluiu sob influência da escola italiana, não sem aparecerem traços de uma escola verdadeiramente brasileira, até que algumas firmas de auditoria de origem anglo-americana, certos cursos de treinamento em Contabilidade e Finanças, oferecidos por grandes empresas, tais como o excelente BTC da General Electric, e a Faculdade de Economia e Administração, em seu curso básico de Contabilidade Geral, acabassem exercendo forte influência, revertendo a tendência [...]. (IUDÍCIBUS, 2006, p. 41-42).

A contabilidade, atualmente, abrange diversos ramos de atuação. Sendo eles: Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Contabilidade Financeira, Contabilidade Rural, Contabilidade Pública, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Análise das Demonstrações, Controladoria, Perícia Contábil etc.

1.1.1 A contabilidade nos tempos atuais

A contabilidade, até então, vinha sendo praticada conforme as teorias de diversos estudiosos. Visando normalizar as rotinas contábeis, foi criada a Lei nº 6.404, Lei das S.A., em 15 de dezembro de 1976, sendo seguida por décadas os parâmetros estabelecidos por esta legislação. Por outro lado, esta Lei não tinha aplicabilidade internacional e alguns contadores acabavam sentindo dificuldades para desenvolver comparabilidade entre as demonstrações contábeis.

Por este motivo, o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução nº 530, em 23 de outubro de 1981, aprova os princípios fundamentais de contabilidade. Em 7 de outubro de 2005, através da Resolução CFC Nº 1.055, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este Comitê acompanha as normas internacionais de contabilidade que são elaboradas pela IASB (International Accounting Standards Board). Atualmente, o CPC conta com 48 pronunciamentos,

onde alguns apresentam revisão (R1), conforme as alterações estabelecidas pela IASB. Quanto ao objetivo do CPC, conforme seu Art. 3º, onde expressa:

Art. 3º - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.055).

Conforme a Resolução, em suas atribuições legais e regimentais: Considerando que a crescente importância da internacionalização das normas contábeis vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência:

a) a redução de riscos nos investimentos internacionais (quer os sob a forma de empréstimo financeiro quer os sob a forma de participação societária), bem como os créditos de natureza comercial, redução de riscos essa derivada de um melhor entendimento das demonstrações contábeis elaboradas pelos diversos países por parte dos investidores, financiadores e fornecedores de crédito; b) a maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea; c) a redução do custo do capital que deriva dessa harmonização, o que no caso é de interesse, particularmente, vital para o Brasil.

Deste modo, no Art. 2º apresenta as entidades que compõe o comitê:

- a – ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- b – APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c – BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (2)
- d – CFC - Conselho Federal de Contabilidade;
- e – IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f – FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

Entre diversas mudanças, é aprovada a Lei nº 11.638, em 28 de dezembro de 2007, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404. Para Martins *et al* (2013, p. 21),

“foi a grande mudança que propiciou condições para a convergência às normas internacionais de contabilidade”. Esta Lei trouxe mudanças como a definição do ativo imobilizado, a Demonstração de Fluxo de caixa (DFC) em substituição a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos (DOAR), entre outras.

De acordo com a obra de Braga:

A partir do comando ditado pela Lei nº 11.638/07, as normas contábeis brasileiras deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários (§5º do art. 177 da Lei), cuja principal característica é “a prevalência da essência sobre a forma”. (BRAGA, 2012, p. 12).

A Lei nº 11.638 apresentou mudanças significativas no balanço patrimonial, como o grupo de “Ativo não Circulante”, tratado com mais detalhes na sequência. Após o surgimento desta Lei, onde a mesma demorou para ser aprovada, já haviam várias modificações que as normas internacionais haviam estabelecido.

Por fim, foi aprovada a Lei nº 11.941, em 27 de maio de 2009, onde nesta foram introduzidas as modificações da Lei da S/As. Dentre elas, a extinção do ativo diferido, entre outras.

Conforme a Obra de Martins *et al*, “As normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB estão sendo implementadas no Brasil pelo CPC e pelos órgãos reguladores brasileiros, principalmente pela CVM e pelo CFC”. (2013, p. 21). Cada CPC aborda sobre um assunto e suas atribuições. Neste trabalho, serão utilizados os CPC 00 e 26 como referência para fundamentar o estudo.

O CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) é a base da Estrutura Conceitual. Conforme o CPC 00 (R1), item OB1, trata sobre o objetivo:

O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constitui o pilar da Estrutura Conceitual. Outros aspectos da Estrutura Conceitual – como o conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis [...]. (CPC 00, R1, ITEM OB1).

Neste pronunciamento, apresenta as características qualitativas fundamentais e as características de melhoria. As características fundamentais são: Relevância e

Representação Fidedigna. Na relevância, conforme o CPC 00 (R1), item QC6, a “Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários [...]” Já a representação fidedigna, conforme o CPC 00 (R1), item QC12, “[...] Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. [...]”. O presente pronunciamento também apresenta as características de melhoria em seu item QC19:

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno. (CPC 00, R1, ITEM QC19).

Ainda no CPC 00 (R1), em seu capítulo 4, aborda sobre a estrutura conceitual, onde trata sobre os elementos das demonstrações contábeis, reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, mensuração dos elementos das demonstrações contábeis e conceitos de capital e manutenção de capital.

No CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1), aborda sobre as demonstrações contábeis. Em seu item 1, quanto a seu objetivo:

O objetivo deste Pronunciamento Técnico é definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. (CPC 26, R1, ITEM 1).

O CPC 26 (R1) oferece orientações a respeito das demonstrações contábeis. É importante lembrar que o CPC está em conformidade com as normas internacionais.

1.2 CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO GERENCIAL

De acordo com Ludícibus (1998), a contabilidade gerencial envolve a informação contábil com ênfase na administração. Assim, trabalhando com a contabilidade de custos, financeira, etc., os resultados contábeis são importantes para

tomada de decisões em uma entidade. Um exemplo prático deste conceito, é a verificação de custos de um produto e se o mesmo está trazendo lucratividade para entidade. Ao analisar o exemplo, pode-se observar que a contabilidade gerencial tem como objetivo fornecer informações e dados, através das demonstrações contábeis, para a administração da empresa.

Na perspectiva de Braga, “A atividade gerencial deve ser desenvolvida em conexão com as informações contábeis, com vistas aos aspectos de planejamento, execução, apuração e análise do desempenho organizacional”. (2012, p. 10).

Ludícibus (1998) argumenta que a contabilidade gerencial está ligada aos procedimentos empresariais. Na contabilidade de custos, que abrange todo o processo de custeio para se definir o preço de venda, portanto, é importante o acompanhamento dos dados. Tomadas de decisões que são do processo produtivo, necessitam de informações que são encontradas na contabilidade gerencial.

1.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme o CPC 26 (R1), têm o objetivo de apresentar uma base para as demonstrações contábeis através dos resultados que foram contabilizados durante o exercício. Deste modo, sendo de grande valor no momento da tomada de decisões ou para fins administrativos.

As demonstrações apresentam a situação financeira da empresa, por este motivo, é importante que todos os dados sejam registrados de acordo com os documentos para que o resultado tenha um vínculo com as operações.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 12), “As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. [...]”.

Assim, garantindo a comparabilidade com os exercícios anteriores da entidade ou sendo com outras entidades. Deste modo, as demonstrações devem apresentar uma estrutura padrão, vindo a facilitar o confronto de informações entre as mesmas.

Segundo Martins, Miranda e Diniz “A estrutura conceitual foi desenvolvida de forma a ser aplicável a uma gama de modelos contábeis e conceitos de capital e sua manutenção. [...]”. (2014, p. 13).

Conforme o Art. 176 da Lei nº 6.404, ao final de cada exercício social e com base na escrituração da entidade, deverá apresentar as seguintes demonstrações, as mesmas devem apresentar clareza sobre a situação da entidade e suas operações que ocorreram durante o exercício.

- I - Balanço Patrimonial;
- II - Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - Demonstração do resultado do exercício;
- IV - Demonstração dos fluxos de caixa; e
- V - Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) foi incluída através da Lei 11.638, esta demonstração passa a substituir a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), esta Lei ainda inclui o item 5, onde é exigido a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as companhias abertas.

Conforme o CPC 26 (R1), em seu item 113, alterado pela revisão do CPC 08, a respeito das notas explicativas:

113. As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas. (CPC 26, R1, ITEM 113).

Na Lei 6.404, em seu Parágrafo 4º “As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

As notas explicativas são uma parte complementar das demonstrações. Esta tem o objetivo de facilitar a compreensão das demonstrações contábeis para qualquer usuário que venha a analisar as mesmas, onde apresentam uma melhor evidenciação da informação contábil.

De acordo com o CPC 26 (R1), em seu item 9, as demonstrações contábeis apresentam os seguintes elementos em sua estrutura:

- a) Ativos;
- b) Passivos;
- c) Patrimônio líquido;
- d) Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- e) Alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e
- f) Fluxos de caixa.

Para melhor entendimento, serão apresentadas a seguir as demonstrações contábeis, com mais ênfase e suas finalidades.

1.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração que evidencia o saldo de cada conta, conforme as operações que a entidade realizou dentro de um tempo estabelecido, deste modo, apresentado o saldo apurado de suas respectivas contas que fazem parte do grupo do ativo e passivo.

Para Martins, Miranda e Diniz, o balanço patrimonial apresenta:

O Balanço Patrimonial Apresenta a situação patrimonial e financeira de uma entidade de forma estática, em determinado momento. É como se tirássemos uma foto da situação financeira e patrimonial da empresa em determinado momento [...]. (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014, p. 25-26).

Segundo Braga, a respeito do balanço patrimonial tem por objetivo:

[...] demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data – normalmente, ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representem, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para tanto, as contas do ativo deverão ser dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do passivo e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade. (BRAGA, 2012, p. 58).

O balanço patrimonial é uma demonstração que retrata os resultados de cada grupo de contas, representando somente o saldo do exercício apurado. Conforme está

prescrito no CPC 26 (R1), alterado pela revisão do CPC 08, item 54, deve apresentar as seguintes contas:

(a) caixa e equivalentes de caixa; (b) clientes e outros recebíveis; (c) estoques; (d) ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas “a”, “b” e “g”); (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda (Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; (f) ativos biológicos dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29; (Alterada pela Revisão CPC 08) (g) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial; (h) propriedades para investimento; (i) imobilizado; (j) intangível; (k) contas a pagar comerciais e outras; (l) provisões; (m) obrigações financeiras (exceto as referidas nas alíneas “k” e “l”); (n) obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro; (o) impostos diferidos ativos e passivos, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 32; (p) obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31; (q) participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e (r) capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade. (CPC 26, R1, ITEM 54).

Conforme o 26 (R1), em seu item 60:

A entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes, e passivos circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados no balanço patrimonial, de acordo com os itens 66 a 76, exceto quando uma apresentação baseada na liquidez proporcionar informação confiável e mais relevante. Quando essa exceção for aplicável, todos os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem de liquidez. (CPC 26, R1, ITEM 60).

Através do balanço não é possível encontrar erros referente aos lançamentos, deste modo, é importante que todos os lançamentos estejam em suas respectivas contas. O balanço apresenta a situação financeira da empresa e é exigido para cadastros, faturamento, auditoria etc.

De acordo com Marion (2012), conforme as alterações estabelecidas pela Lei nº 11.941/09, no balanço patrimonial deve apresentar o passivo circulante e não circulante separadamente, isto é importante para distinguir o ativo que há contínua circulação com aqueles que são utilizados em operações de longo prazo. Será apresentado a seguir com mais detalhes os grupos ativo e passivo.

1.3.1.1 Ativo

O grupo do ativo é composto por bens e direitos de uma entidade, podendo ser circulante ou não circulante. Conforme o CPC 00 (R1, Item 4.4), “ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”.

Conforme o CPC 26 (R1), a respeito do ativo circulante:

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. (CPC 26, R1, ITEM 66).

Conforme o CPC 26 (R1), todos os outros ativos devem ser classificados como não circulantes, em seu item 67 e 67A, a respeito do ativo não circulante,

67. Este Pronunciamento utiliza a expressão “não circulante” para incluir ativos tangíveis, intangíveis e ativos financeiros de natureza de longo prazo. Não se proíbe o uso de descrições alternativas desde que seu sentido seja claro. 67A. O ativo não circulante deve ser subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (CPC 26, R1, ITEM 67 e 67A).

Conforme Martins, Miranda e Diniz (2014), o ativo é composto por bens e direitos que sejam em moeda corrente nacional, o ativo se subdivide em ativo circulante e não circulante. O grupo do ativo circulante apresenta as contas de maior liquidez, com disponibilidade imediata, são exemplos do ativo circulante: caixa, banco, estoques, contas à receber etc.

Neste grupo, se apresentam os ativos de menor liquidez, que se classificam no grupo do ativo não circulante, logo abaixo do ativo circulante, estes levam um processo de maior prazo para se transformarem em dinheiro, são exemplos do grupo do ativo não circulante: imobilizado, investimentos, intangíveis etc.

1.3.1.2 Passivo

No grupo do passivo, são apresentadas as obrigações da entidade. Conforme o CPC 00 (R1, Item 4.4), “*passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos*”.

Braga define o grupo do passivo circulante:

[...] serão classificados no passivo circulante os débitos de funcionamento e de financiamento da empresa, isto é, as obrigações assumidas pela empresa para a realização de suas operações (dívidas contraídas junto a fornecedores, salários devidos a empregados e os respectivos encargos sociais, os impostos a pagar incidentes sobre as operações realizadas etc.) e as obrigações assumidas por financiamentos obtidos (empréstimos junto a instituições financeiras) etc. (BRAGA, 2012, p. 64).

Conforme o CPC 26 (R1), a respeito do passivo circulante:

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço [...]. (CPC 26, R1, ITEM 69).

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014), no passivo circulante são apresentadas as obrigações da entidade, referente a eventos que ocorreram. O passivo, assim como no ativo, também se subdivide em passivo circulante e passivo não circulante.

No grupo do passivo circulante se encontram as obrigações com vencimento estimado até o encerramento do ciclo operacional, conforme a adoção de fechamento de balanço da entidade. São exemplos que apresentam no grupo do Passivo circulante: fornecedores, empréstimos, financiamentos, obrigações fiscais, provisões e etc.

Já no passivo não circulante, se apresentam todas as obrigações que ultrapassam o ciclo operacional da entidade. Neste caso devem ser efetuadas as apropriações para o grupo de passivo circulante conforme o ciclo operacional ou suas

devidas liquidações. São exemplos de passivo não circulante: empréstimos, financiamentos, parcelamentos etc.

1.3.1.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é representado pela diferença entre ativo e passivo. Conforme o CPC 00 (R1, Item 4.4), “*patrimônio líquido* é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”.

Conforme Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 31), “O patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Portanto, sua avaliação depende dos critérios de avaliação adotados no Ativo e Passivo”. Abaixo se apresenta a estrutura do balanço patrimonial.

Quadro 1 - Estrutura do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
Empresa XXX Ltda			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Caixa		Fornecedores	
Estoques		Salários a Pagar	
Duplicatas a receber		Impostos a Pagar	
Não Circulante		Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo (Emprestimo)	
Imobilizado			
Intangível			
		Patrimônio Líquido	
		Capital	
		Reservas de Lucros	
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 26).

Neste grupo, estão presentes o capital social, que são os valores investidos na constituição da entidade pelos sócios; reservas de capital; ajustes de avaliação patrimonial; reservas de lucros; ações ou cotas em tesouraria; e lucros ou prejuízos acumulados. Abaixo se apresenta um exemplo da estrutura do Balanço Patrimonial, conforme as alterações da Lei nº 11.941/09.

1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A DRE, é uma demonstração que tem como objetivo apurar o lucro ou prejuízo da entidade, conforme as receitas apuradas e deduzidas todas as respectivas despesas incorridas no exercício. Na opinião de Braga, a DRE:

[...] deve apresentar o resumo das variações (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa. (BRAGA, 2012, p. 77-78).

Para Martins, Miranda e Diniz, a respeito da DRE:

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta de forma esquematizada os resultados auferidos pela entidade em determinado período. Em linhas gerais, o resultado é apurado deduzindo-se das receitas todas as despesas (inclusive os custos, que nesse momento se transformam em despesas) que a empresa incorreu no referido período. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014, p. 39).

A seguir apresenta a estrutura da DRE.

Quadro 2 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Empresa XXX Ltda	
RECEITA LÍQUIDA	
(-) Custo dos produtos Vendidos ou Serviços Prestados	
(=) RESULTADO BRUTO	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) Despesas de Vendas	
(-) Despesas Administrativas	
(+) Receitas Financeiras	
(-) Despesas Financeiras	
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	
(=) RESULTADO OPERACIONAL	
(-) Provisão para IR e Contribuição Social	
(=) RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	
(-) Participações	
(-) Contribuições	
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	
(+) Juros sobre o Capital Próprio	
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 41).

O lucro líquido da DRE, sendo ganho ou prejuízo, dever ser registrado na contabilidade e constará no grupo do patrimônio líquido. Através do resultado desta demonstração, a entidade consegue mensurar se é preciso ajustar seus custos ou suas despesas.

1.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Na Lei 6.404, em seu Art. 176, é exigida a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA). Por outro lado, no CPC 26 (R1) exige a DMPL - Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Martins, Miranda, e Diniz, relatam sobre a DMPL exigida pelo CPC 26:

A DMPL é uma demonstração de publicação obrigatória por força do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, substituindo de forma definitiva, a Demonstração do Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), uma vez que esta demonstração está contida em uma das colunas da DMPL. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014, p. 48).

Na visão de Braga (2012), a DLPA tem como objetivo evidenciar os prejuízos ou lucros acumulados como saldo inicial, caso necessário, apresentar as movimentações do exercício e para qual destinação é contabilizado o resultado. Conforme o Item 106 do CPC 26, acerca das informações presentes na DMPL:

106. A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido conforme requerido no item 10. A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações: (a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores; (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva, reconhecidos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (c) (eliminada); (d) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes: (i) do resultado líquido; (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e (iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle. (CPC 26, R1, ITEM 106).

A DMPL é uma demonstração que engloba as modificações que ocorreram no patrimônio líquido, possui mais informações e também apresenta as mudanças que

ocorreram em lucros ou prejuízos acumulados. A seguir, será apresentado com mais detalhes a estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Quadro 3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Empresa XXX Ltda								
Movimentações	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria (1)	Reservas de Lucros (2)	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes (3)	PL dos sócios da Controladoria	Participação dos Não Control. no PL das Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos Iniciais								
Aumento de Capital								
Gastos com Emissão de Ações								
Opções Outorgadas Reconhecidas								
Ações em Tesouraria Adquiridas								
Ações em Tesouraria Vendidas								
Dividendos								
Transação de Capital com Sócios								
Lucro Líquido do Período								
Ajustes Instrumentos Financeiros								
Tributos s/Ajustes Instr. Financeiros								
Equiv. Patr. s/Ganhos Abrang. de Colig.								
Ajustes de Conversão do Período								
Tributos s/Ajustes de Conv. do Período								
Outros Resultados Abrangentes								
Reclassif. p/Resultado - Aj. Instr. Financ.								
Resultado Abrangente Total								
Constituição de Reservas								
Realização da Reserva de Reavaliação								
Tributos s/Real. Reserva de Reavaliação								
Saldos Finais								

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p.50).

A DMPL contém as movimentações em cada conta com os saldos iniciais, modificações e saldos finais.

1.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma importante ferramenta que deve ser analisada para fins gerenciais. De acordo com Martins *et al*, “A demonstração

dos Fluxos de Caixa visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo. [...]”. (2013, p. 5).

Na visão de Marion “A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais. [...]”. (2012, p. 54).

Para Braga, a Demonstração de Fluxo de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da empresa em determinado período, através dos fluxos de recebimentos e pagamentos. A DFC, ao contrário da DOAR, por utilizar linguagem e conceitos mais simples, possui uma melhor comunicação com a maioria dos usuários das demonstrações contábeis. (BRAGA, 2012, p. 102)

Conforme a lei 11.638/07, em seu 6º parágrafo, apresenta que as companhias fechadas, ao encerramento de seu balanço, possuir patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00, não será obrigada a elaboração e publicação das demonstrações de fluxo de caixa. Abaixo apresenta a estrutura de uma DFC.

Conforme Martins *et al* “Divide todos os fluxos de entrada e saída de caixa em três grupos: os derivados das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento”. (2013, p. 5).

Martins, Miranda e Diniz descrevem sobre as atividades com mais detalhes:

Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade bem como outras atividades não enquadradas em financiamento ou investimento. Exemplos: pagamento a fornecedor, recebimento de clientes, pagamento de salários etc.; **Atividades de investimento:** são aquelas referentes à aquisição e venda de ativos (a maioria de longo prazo) e, também, os investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Exemplos: compra e venda de imobilizados; aplicações financeiras de longo prazo; compra e venda de investimento em coligadas etc.; **Atividades de financiamento:** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade. Exemplos: empréstimos e financiamentos de longo prazo obtidos; emissão de debêntures, aumento de capital em dinheiro, distribuição de lucros etc. (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014, p. 56).

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 176, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), é alterada pela Lei nº 11.638/07, que insere a Demonstração de Fluxo de Caixa. Para as companhias abertas será a Demonstração de Valor Adicionado (DVA).

Conforme Martins, Miranda e Diniz, descrevem que “A legislação permite que a DFC possa ser feita pelo método direto (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou pelo método indireto (por meio da conciliação do caixa com o Lucro/Prejuízo do exercício)”. (2014, p. 56). Deste modo, a DFC pode ser elaborada através de dois métodos: método direto e método indireto.

Através dos dois métodos apresenta o mesmo resultado. Conforme Martins, Miranda e Diniz, a DFC “Em ambos os métodos pode-se conciliar os saldos finais de caixa e equivalentes de caixa apresentados ao final da DFC com os saldos das contas no Balanço Patrimonial (Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras etc.) dos respectivos períodos”. (2014, p. 59).

A DFC elaborada pelo método direto se apresenta da seguinte forma, conforme a estrutura a seguir.

Quadro 4 - Estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Direto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Empresa XXX Ltda		
	Ano 1	Ano 2
Atividades Operacionais		
Recebimento de clientes		
Recebimento de juros		
Duplicatas descontadas		
Pagamentos		
- a fornecedores		
- de impostos		
- de salários		
- de juros		
- despesas pagas antecipadamente		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado		
Pagamento pela compras de imobilizado		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital		
Empréstimos de curto prazo		
Distribuição de dividendos		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		
Variação do FC do Período		

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 59).

De acordo com a estrutura da DFC, esta demonstração apresenta com detalhes todas as modificações ocorridas no caixa da empresa. Apresentando as atividades operacionais, financeiras e de investimentos. Deste modo, o resultado da variação do fluxo de caixa deve conferir com a variação das contas de caixa e equivalentes de caixa dos períodos. Quanto ao método indireto, será apresentado a seguir sua estrutura.

Quadro 5 - Estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Empresa XXX Ltda		
	Ano 1	Ano 2
Atividades Operacionais		
Lucro líquido		
(+) Depreciação		
(-) Lucro na venda de imobilizado		
(=) Lucro ajustado		
Aumento em duplicatas a receber		
Aumento em duplicatas descontadas		
Aumento em estoques		
Aumento em despesas pagas antecipadamente		
Aumento em fornecedores		
Redução em provisão para IR a pagar		
Redução em salários a pagar		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado		
Pagamento pela compras de imobilizado		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital		
Empréstimos de curto prazo		
Distribuição de dividendos		
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		
Variação do FC do Período		

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 57).

Conforme a estrutura da DFC pelo método indireto, é possível observar que é acrescentado algumas informações presentes na DRE, como lucro líquido, depreciação, lucro na venda de imobilizado. Neste método, passa a retratar se houve aumento ou redução nas atividades. Como visto anteriormente, neste método o resultado deve ser o mesmo do método direto.

1.3.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado, embora tenha semelhança com a DRE, não pode ser confundida com a mesma. De acordo com Marion, “A Demonstração do Valor Adicionado evidenciará os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros [...]” (2012, p. 59). Para Martins *et al.*, a respeito da DVA:

[...] Não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e o governo. (MARTINS *et al.*, 2013, p. 5).

Abaixo se apresenta com detalhes a estrutura da DVA.

Quadro 6 - Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Empresa XXX Ltda	
1 - RECEITA	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Outras receitas	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	
1.4) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (reversão/constituição)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	
2.4) Outras (especificar)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
6.3) Outras	
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 68).

Conforme o CPC 09, a distribuição de riqueza deve ser detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) juros e aluguéis; d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

1.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Braga, o objetivo da análise das demonstrações contábeis:

[...] a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. (BRAGA, 2012, p. 129).

Deste modo, a análise das demonstrações contábeis é fundamental para a continuidade da entidade. Com as informações obtidas através dos respectivos índices, é possível extrair resultados favoráveis ou desfavoráveis, do qual são de suma importância para uma tomada de decisões.

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014), a análise das demonstrações pode ser desenvolvida através de um método, denominado método proposto, este tem o intuito de fazer de maneira ordenada a análise. Este método se estrutura em três etapas:

1. Observação – consiste em fazer perguntas ao observar as demonstrações, sendo feito um diagnóstico inicial;
2. Exame – responder a seguinte questão: o que fazer para estruturar as informações para buscar um sentido lógico?;
3. Interpretação – através da pergunta respondida, deve ser levantado seus resultados.

A análise das demonstrações contábeis é composta por diversos indicadores que facilitam no momento em que a entidade precisa fazer tomada de decisões, serão apresentados a seguir cada um deles e suas respectivas finalidades.

1.4.1 Análise Horizontal

Segundo Martins, Miranda e Diniz “A análise horizontal é um processo de análise temporal que permite verificar a evolução das contas individuais e também dos grupos de contas por meio de números-índices [...]”. (2014, p. 103). A fórmula para cálculo da análise horizontal se apresenta logo a seguir, esta está expressa em porcentagem.

$$AH\% = \frac{\text{Valor da conta no período da análise}}{\text{Valor da conta no período de comparação}} \times 100 - 100$$

Este indicador evidencia se houve mudanças significativas em cada conta da demonstração em comparação com outro período utilizado, apresentando o quanto houve de aumento ou redução.

Para Braga, através da análise horizontal:

Por este método, determina-se a tendência dos valores absolutos ou relativos das diversas grandezas monetárias, apurando-se o percentual de crescimento ou declínio de valores de uma mesma conta ou grupo de contas, entre duas datas e/ ou períodos considerados. [...] (BRAGA, 2012, p. 134).

Para desenvolver a análise horizontal, é necessário no mínimo dois exercícios para se fazer a comparação. Utiliza-se a regra de três para se obter o resultado, que pode apresentar positivo ou negativo em relação ao período comparado.

1.4.2 Análise Vertical

Conforme Martins, Miranda e Diniz, “A análise vertical é realizada mediante a extração de relacionamentos percentuais entre itens pertencentes à demonstração financeira de um mesmo período”. (2014, p. 109).

Na publicação de Martins, Miranda e Diniz, afirma que “[...] na análise vertical analisa-se a variação de uma conta em relação a outra conta (base) do mesmo período”. (2014, p 109).

Na visão de Braga, a análise vertical consiste:

Este método consiste no relacionamento dos valores das contas de cada grupo com montante do respectivo grupo, bem como do montante de cada grupo com o total – do ativo ou do passivo e patrimônio líquido, quando se tratar de balanço patrimonial; de cada componente do resultado com as respectivas receitas e/ou despesas etc., quando analisada a demonstração do resultado do exercício. (BRAGA, 2012, p. 136).

Abaixo se apresenta a fórmula utilizada para o cálculo da análise vertical.

$$AV\% = \frac{\text{Valor da conta no período da análise}}{\text{Valor total do período da análise}} \times 100$$

A análise vertical apresenta o quanto cada conta, que compõe a demonstração, representa em relação ao seu grupo que pertence, destacando sua evolução no tempo. Exemplo: o quanto o caixa representa em relação ao ativo circulante.

1.4.3 Capital Circulante Líquido (CCL)

Para Braga “[...] o capital circulante líquido (ou capital de giro a curto prazo) é representado pela diferença entre ativo circulante e o passivo circulante”. (2012, p. 149). Abaixo se apresenta a fórmula do CCL.

$$CCL = AC - PC$$

No capital circulante líquido, é a subtração do ativo circulante menos o passivo circulante, através deste resultado, é possível ter um entendimento de que a empresa está passando por necessidades financeiras. Será abordado com mais detalhes no tópico a seguir sobre índices de liquidez.

Para Assaf Neto “O capital circulante líquido é conceitualmente mais bem definido com o excedente de recursos permanentes (a longo prazo), próprios ou de terceiros, alocados pela empresa, em relação ao montante também aplicado a longo prazo”. (2007, p. 170).

Antes de prosseguir, é importante destacar que na obra de Assaf Neto, dentro do Ativo, os grupos ainda se denominavam: “Realizável a longo prazo” e “ativo permanente”, onde passam a ser fazer classificados como “Ativo não circulante”. Já no grupo do Passivo, o grupo “Exigível a longo prazo” passa a ser classificado como “Passivo não circulante”.

Abaixo se apresenta a fórmula do CCL com recursos permanentes e de longo prazo.

$$\text{CCL com RP e LP} = (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo não Circulante}) - (\text{Ativo não Circulante})$$

Através do resultado obtido com o cálculo, é possível identificar se os recursos da empresa foram investidos em Ativo não Circulante, conforme a fórmula que envolve (patrimônio líquido + passivo não circulante) – (ativo não circulante). A análise desta variação, se relaciona com a primeira, onde com a comparação das duas variações, é possível ter uma visão mais ampla sobre quais fatores influenciaram em um resultado positivo, negativo ou nulo.

De acordo com a teoria de Assaf Neto (2007), o Capital Circulante Líquido pode ser analisado da seguinte forma, conforme as estruturas abaixo:

1.4.3.1 Capital Circulante Líquido Positivo

Quadro 7 - CCL Positivo

ATIVO CIRCULANTE (AC)	PASSIVO CIRCULANTE (PC)
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PÑC)
ATIVO NÃO CIRCULANTE (AÑC)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste quadro, se apresenta o Capital Circulante Líquido positivo, onde é possível observar que parte do ativo circulante (AC) está sendo financiada pelo passivo não circulante (PÑC), isso representa uma folga financeira na empresa. Deste modo, o ativo não circulante (AÑC) se apresenta a menor com relação ao passivo não circulante (PÑC) + patrimônio líquido (PL).

1.4.3.2 Capital Circulante Líquido Negativo

Quadro 8 - CCL Negativo

AC	PC	
AÑC		↕
	PÑC	
	PL	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o segundo quadro, se apresenta o Capital Circulante Líquido negativo, através do mesmo, é possível observar que o passivo circulante se apresenta a maior que o ativo circulante, com excesso de recursos, ou seja, a empresa não tem liquidez imediata para pagar terceiros a curto prazo. Deste modo, a empresa terá que buscar recursos presentes em seu ativo não circulante para suprir o passivo circulante.

1.4.3.3 Capital Circulante Líquido Nulo

Quadro 9 - CCL Nulo

AC	PC
AÑC	PÑC
	PL

Fonte: Elaborado pelo autor

Neste terceiro quadro, o Capital Circulante Líquido se apresenta nulo, pois o grupo do ativo circulante é igual ao grupo do passivo circulante, do mesmo modo os resultados da subtração de Ativo circulante com o PÑC + PL.

1.4.4 Índices de Liquidez

Para Braga “A análise da liquidez tem o objetivo de avaliar a capacidade de financiamento da empresa em relação a suas exigibilidades [...]”. (2012, p. 145). Os indicadores de liquidez visam evidenciar a situação financeira da entidade perante a suas obrigações. São 4 índices de liquidez, sendo eles: 1. Índice de liquidez corrente; 2. Índice de liquidez seca; 3. Índice de liquidez imediata; 4. Índice de liquidez geral.

1.4.4.1 Índice de Liquidez Corrente

Na visão de Braga (2012, p. 146), “[...] destina-se para avaliar a capacidade da empresa para pagar suas obrigações a curto prazo [...]”. Neste índice apresenta a disponibilidade que o ativo circulante tem em relação ao passivo circulante.

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para cada 1 real de dívidas a curto prazo a entidade possui tantos reais de disponibilidade. Neste sentido, se o resultado for maior que 1,00, quer dizer que o ativo circulante tem capacidade para arcar com o passivo circulante. Por outro lado, sendo inferior a 1,00, o ativo não tem liquidez para o passivo circulante.

1.4.4.2 Índice de Liquidez Seca

De acordo Braga (2012), muitos analistas retiram os estoques para analisar se há capacidade de entidade para arcar com as dívidas de curto prazo.

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Conforme a fórmula, é utilizada para mensurar se o ativo circulante tem capacidade para atender as dívidas do passivo circulante mesmo sem disponibilidade do estoque. Se o resultado for menor que 1,00 significa que o ativo circulante depende do estoque para pagar suas dívidas.

1.4.4.3 Índice de Liquidez Imediata

Conforme Braga (2012, p. 146). “Esses quocientes medem a proporção de numerário que deve ser mantida pela empresa (caixa e bancos) a fim de atender a seus compromissos mais imediatos, durante seus ciclos operacionais [...]”.

$$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

De acordo com a fórmula, envolve somente caixa e banco e aplicações de curto prazo que a entidade tem para liquidar suas dívidas. Sendo inferior a 1,00, significa que a entidade necessita dos outros componentes para suprir suas dívidas.

1.4.4.4 Índice de Liquidez Geral

Conforme Braga “Este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazos (passivo) [...]”. (2012, p. 147).

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Neste índice, representa o quanto a empresa possui para cada 1,00 real de dívidas em relação a sua disponibilidade. O resultado não deve ser igual a 1,00, pois envolve o ativo circulante + realizável a longo prazo e passivo circulante + passivo não circulante. É importante para avaliar a capacidade da empresa com suas obrigações de longo prazo.

1.4.5 Indicadores de Endividamento

Conforme Ludícibus (2017, p. 109) “Estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros”.

O índice de endividamento tem o objetivo de retratar o quando a empresa tomou de capital de terceiros, podendo ser feito a análise sobre o exigível total ou apenas do passivo circulante. São três índices de endividamento, abaixo será apresentado com mais detalhes os indicadores de endividamento, que apresentam diferentes análises.

1.4.5.1 Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais

De acordo com Ludícibus “Este quociente (também conhecido por “Debt Ratio”) relaciona o Exigível Total (capitais de terceiros) com os Fundos Totais Providos (por capitais próprios e capitais de terceiros)”. (2017, p. 109).

$$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Este índice representa o quanto o exigível total representa com relação aos recursos totais. Através da fórmula, é possível observar que acima se apresenta o Exigível Total (Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo) sobre Exigível Total + Patrimônio Líquido. Para cada 1,00 real, a empresa apresenta determinado valor de disponibilidade, os resultados também podem ser expressos em porcentagem.

1.4.5.2 Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre o Capital Próprio

Na visão de Ludícibus “É outra forma de encarar a dependência de recursos de terceiros. Se o quociente, durante vários anos, for consistente e acentualmente maior que um, denotaria uma dependência exagerada de recursos de terceiros [...]”. (2017, p. 110).

$$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Este índice evidencia o quanto o Exigível Total possui em relação ao Patrimônio Líquido, assim, o exigível total representa determinado valor para cada 1,00 real do patrimônio líquido. Deste modo, se apresentar maior que 1,00 ou uma porcentagem negativa, representa uma dependência financeira.

1.4.5.3 Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total

Para Iudícibus “Representa a composição do Endividamento Total ou qual a parcela que se vence a Curto Prazo, no Endividamento Total”. (2017, p. 110).

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Este índice, apresenta o quanto o Passivo Circulante representa em relação ao Passivo Exigível a Longo Prazo. Se o passivo circulante se apresentar maior e, inclusive, for maior que o Ativo Circulante, significa que a empresa pode estar passando por um desequilíbrio financeiro.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA

A metodologia é uma diretriz que apresenta com detalhes os métodos utilizados quanto a sua natureza. Conforme Severino:

[...] a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Tem assim elementos gerais que são comuns a todos os processos de conhecimento que pretenda realizar, marcando toda atividade de pesquisa [...]. (SEVERINO, 2007, p. 117).

A metodologia do presente trabalho está desenvolvida da seguinte forma:

2.1 QUANTO AOS MEIOS

Pesquisa qualitativa: onde há discussões teóricas, possibilitando interpretações sobre o tema elaborado com o objetivo de analisar e interpretar os dados das variáveis de forma detalhada. Lakatos e Marconi (2011, p. 269).

2.2 QUANTO AOS FINS

Pesquisa descritiva: se caracteriza na coleta de dados. De acordo com a publicação de Andrade:

Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isso significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. (ANDRADE, 2010, p. 112).

Pesquisa bibliográfica: utilizando obras de autores, como livros; Leis, publicados pelo órgão legislativo nacional e CPC (Comitê de Pronunciamentos Técnicos), seguindo os parâmetros internacionais IASB (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).

Conforme Fonseca, a respeito da pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Estudo de caso: a pesquisa estudo o caso específico de uma empresa que atua no ramo de comercialização de combustíveis. Com vistas a entender a situação financeira da mesma, foram observadas as demonstrações contábeis dos anos de 2015 e 2016.

De acordo com Fonseca, a respeito de um estudo de caso:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

No primeiro momento foram levantados dados para definir o tema proposto, com base em pesquisas e citações. No segundo momento foram levantados os dados presentes nas demonstrações da empresa, referentes os anos de 2015 e 2016. Do qual foram utilizados para desenvolver os indicadores. No terceiro momento foi desenvolvida uma análise, descrevendo a situação financeira da empresa, diante dos resultados mensurados através dos indicadores.

3 ESTUDO DE CASO

O presente estudo se desenvolveu em uma empresa do ramo de combustíveis da cidade de Juína, estado de Mato Grosso, de modo a analisar o Balanço Patrimonial e DRE de 2015 e 2016, com foco na situação financeira da empresa. Os resultados obtidos serão apresentados com mais detalhes na sequência.

3.1 DESCRIÇÃO SOBRE A EMPRESA

A empresa do qual foi realizado a pesquisa não quer a divulgação de sua razão social. Deste modo, a mesma será chamada de “Empresa BETA”. A empresa Beta já está no mercado há um bom tempo, sua abertura foi no ano de 2006, sendo uma empresa do ramo de combustíveis. Conforme seu ramo de atividade, a empresa Beta está enquadrada no regime tributário de Lucro Real desde 2010, onde vem apresentando resultados satisfatórios.

A empresa até o ano de 2009 se enquadrava no regime tributário do Lucro Presumido. Antes de se aderir ao Lucro Real, a empresa solicitou ao escritório de contabilidade para fazer um planejamento tributário, envolvendo os benefícios fiscais e uma previsão de impostos, mediante aos registros do exercício. O sócio da empresa afirma que pagava um valor alto de impostos, ainda esclarece que conhecia parceiros do mesmo ramo que utilizava benefícios fiscais através do regime de Lucro Real.

Por fim, conforme o resultado do planejamento, a melhor opção que se destaca é o Lucro Real. Com o efeito deste planejamento, no ano de 2010 a empresa Beta se enquadra no regime tributário de Lucro Real. A empresa Beta passa a utilizar créditos de PIS e Cofins sobre as compras de mercadorias para revenda, aluguel e energia, de modo a serem utilizados na apuração do imposto. Sobre os produtos monofásicos não é tributado PIS e Cofins.

Em seu organograma, conta com 2 sócios e em média 14 funcionários, são quatro funções desenvolvidas pelos funcionários, sendo elas: frentista, operador de caixa, gerente financeiro e gerente de pessoal.

A empresa segue as normas de segurança, mantendo no prédio equipamentos contra incêndio e utilizando corretamente os materiais presentes no estabelecimento.

Para ampliar a segurança, a empresa também para seguros para o prédio e funcionários. Além disso, fornece cursos de capacitação aos funcionários, sendo de extrema importância, pois os mesmos trabalham em um ambiente de risco.

O movimento mensal é enviado para o escritório de contabilidade contendo todas as informações precisas que ocorrem no decorrer do mês, também são enviadas as planilhas de controle interno. É importante destacar que a empresa Beta possuía uma filial em 2015, conforme as informações do balanço, onde as atividades da filial foram encerradas ainda no exercício de 2015.

As análises horizontal e vertical evidenciam as alterações que ocorreram nas contas entre os períodos ou quanto cada conta representa em relação ao valor total do grupo. A seguir, será apresentado a situação da empresa com as análises horizontal e vertical.

3.2 ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL

Utilizando como base os períodos de 2015 e 2016, foi adicionado as respectivas colunas de análises vertical e horizontal ao Balanço Patrimonial e DRE. Com a adição das colunas nas demonstrações, é possível ver com mais clareza as variações que ocorreram nas contas entre os períodos ou dentro do mesmo período. A seguir será demonstrado o balanço patrimonial e DRE da empresa Beta com as análises vertical e horizontal.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial, ativo com análise vertical e horizontal

EMPRESA BETA						
JUINA / MT						Emissão: 31/12/2016
	*** BALANÇO PATRIMONIAL ***					Data Req. 14/02/2006
Valores Em: Moeda Corrente	Consolidado		Encerrado em 31/Dezembro			
	A T I V O	2015	AV% 2015	2016	AV% 2016	AH% 2016
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE		1.755.824,36	84,26%	1.109.547,80	80,09%	-36,81%
DISPONIVEL						
BENS NUMERARIOS						
CAIXA		226.846,23	10,89%	328.627,10	23,72%	44,87%
CAIXA FILIAL		1.003.095,30	48,14%	0,00	0,00%	-100,00%
BANCOS CONTA MOVIMENTO		39.480,88	1,89%	90.333,31	6,52%	128,80%
DUPLICATAS A RECEBER		76.967,94	3,69%	149.863,63	10,82%	94,71%
ESTOQUES						
MERCADORIAS PARA REVENDA		355.406,64	17,06%	384.707,19	27,77%	8,24%
BRINDES P/ DISTRIBUIÇÃO		27.623,08	1,33%	27.623,08	1,99%	0,00%
DEVEDORES POR ADIANTAMENTO						
ADIANTAMENTOS A FORNECEDOR		13.413,52	0,64%	39.806,93	2,87%	196,77%
CREDITOS DE FUNCIONARIOS						
ANTECIPACAO DE FERIAS		3.222,66	0,15%	1.438,51	0,10%	-55,36%
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR						
INSS - A COMPENSAR RETIDO/PAGO A MAIOR		53,85	0,00%	38,76	0,00%	-28,02%

PIS - A RECUPERAR CREDITO COMPRAS/SERVIÇOS	236,60	0,01%	217,98	0,02%	-7,87%
COFINS - A RECUPERAR CREDITO COMPRAS/SERV	1.089,74	0,05%	1.004,06	0,07%	-7,86%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
APLIC.FINANC.RENDIMENTOS POS FIXAD	0,00		80.499,50	5,81%	100,00%
DESP.A APROPRIAR EXERC.SEGUI					
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	8.193,88	0,39%	5.193,71	0,37%	-36,61%
DEPOSITO JUDICIAL	194,04	0,01%	194,04	0,01%	0,00%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	328.044,37	15,74%	275.914,15	19,91%	-15,89%
INVESTIMENTOS					
AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO					
PARTICIPACAO EM OUTRAS EMPRESAS	35.371,13	1,70%	43.537,60	3,14%	23,09%
IMOBILIZADO					
BENS EM OPERACOES - CUSTO CORRIG.					
INSTALACOES	18.706,00	0,90%	13.632,00	0,98%	-27,12%
TERRENOS	157.000,00	7,53%	157.000,00	11,33%	0,00%
MAQUINAS,APAR.E EQUIPAMENTOS	80.442,86	3,86%	66.267,55	4,78%	-17,62%
MOVEIS E UTENSILIOS	124.906,66	5,99%	90.011,57	6,50%	-27,94%
VEICULOS	39.500,00	1,90%	39.500,00	2,85%	0,00%
FERRAMENTAS	4.428,00	0,21%	4.428,00	0,32%	0,00%
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	65.740,11	3,15%	57.516,11	4,15%	-12,51%
VEICULOS DE CARGA	75.196,72	3,61%	34.338,60	2,48%	-54,33%
DEPREC.AMORT.EXAUST/ACUMUL.CORRIG.					
(-) DEPRECIACAO INSTALACOES	-14.988,67	-0,72%	-11.151,82	-0,80%	-25,60%
(-) DEPREC. MAQUINAS APAR.E EQUIP.	-50.798,46	-2,44%	-46.707,01	-3,37%	-8,05%
(-) DEPREC. MOVEIS E UTENSILIOS	-73.323,13	-3,52%	-50.252,76	-3,63%	-31,46%
(-) DEPRECIACAO VEICULOS	-38.741,49	-1,86%	-39.499,80	-2,85%	1,96%
(-) DEPRECIACAO FERRAMENTAS	-2.451,07	-0,12%	-3.135,80	-0,23%	27,94%
(-) DEPRECIACAO COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	-51.313,57	-2,46%	-45.231,40	-3,26%	-11,85%
(-) DEPRECIACAO VEICULO DE CARGA	-41.630,72	-2,00%	-34.338,69	-2,48%	-17,52%
TOTAL DO ATIVO	2.083.868,73	100,00%	1.385.461,95	100,00%	-33,51%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através da análise vertical no ativo em 2015 e 2016, foi possível identificar que a empresa possui maior saldo no grupo do ativo circulante, isso garante para a mesma maior liquidez para suas obrigações. As contas com maior saldo em 2015 são: caixa, caixa filial, duplicatas a receber e estoques, já em 2016, as contas com maior saldo são: caixa, banco, duplicatas a receber, estoques e aplicações financeiras. Em 2015 o ativo circulante apresenta um saldo de 84,26% e em 2016 conta com um saldo de 80,09%.

No ativo não-circulante, a empresa conta com investimentos em outras empresas e imobilizado. Deste modo, apresentando um saldo em 2015 de 15,74% e em 2016 com 19,91%.

Na análise horizontal, no grupo do ativo circulante, a empresa teve algumas mudanças significativas em suas contas no ano de 2016 em relação a 2015. Na conta caixa ocorreu um aumento de 44,87%, já no caixa da filial houve 100% da retirada do saldo, na conta bancos conta movimento apresenta um aumento de 128,80%, as duplicatas a receber também têm um aumento de 94,71% e na conta de estoques ocorre um aumento de 8,24%.

Na conta de adiantamentos a fornecedor também apresenta um aumento de 196,77%, na conta de antecipação de férias sofre uma redução de 55,36%. A empresa

também passa a realizar aplicações financeiras no ano de 2016, conta que não foi movimentada no ano de 2015, na conta de prêmios e seguros a apropriar sofre uma redução de 36,61%. No ativo não-circulante, houve um aumento na conta de participação em outras empresas, já no imobilizado, somente as contas de terrenos, veículos, e ferramentas não teve alteração, as demais contas vieram a sofrer redução.

É possível observar que no ativo circulante apresenta uma queda de -36,81% e no ativo não-circulante uma queda de -15,89%. Mas, isso não influencia na capacidade da empresa com suas obrigações, o que justifica esta afirmação é a própria análise horizontal. No geral, a variação no ativo é de -33,51%.

Pode-se observar que houve o encerramento da empresa filial em 2015, onde a mesma apresenta um saldo que equivalia a quase 50% em 2015, as demais contas como caixa, bancos, duplicatas a receber e estoques, além das aplicações, teve um aumento significativo em 2016. No grupo do ativo não circulante, em 2016, o aumento se destina somente na conta: participações em outras empresas, enquanto alguns imobilizados podem ter sido vendidos ou baixados por motivo de perda do bem.

No grupo do passivo, a empresa conta com maior saldo no grupo do patrimônio líquido, não havendo movimentação de longo prazo, no grupo do passivo não-circulante, deste modo, todas as obrigações da empresa se apresentam a curto prazo no passivo circulante em 2015 e 2016. As análises se apresentam a seguir.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial, passivo com análise vertical e horizontal

PASSIVO	2015	AV% 2015	2016	AV% 2016	AH% 2016
PASSIVO					
PASSIVO CIRCULANTE	247.900,91	11,90%	384.397,84	27,75%	55,06
CREDORES POR FUNCIONAMENTO					
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS					
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	100.000,00	4,80%	200.000,00	14,44%	100%
FORNECEDORES					
FORNECEDORES NACIONAIS	29.385,66	1,41%	35.831,95	2,59%	21,94%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS					
PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	4.126,96	0,20%	24.358,93	1,76%	490,24%
ISS A RECOLHER	90,00	0,00%	486,05	0,04%	440,06%
ICMS A RECOLHER	3,92	0,00%	843,92	0,06%	21428,57%
CONTRIBUICAO SOCIAL A RECOLHER	2.476,18	0,12%	10.929,22	0,79%	341,37%
RETENCOES DE IMPOSTOS A RECOLHER	26,67	0,00%	94,38	0,01%	253,88%
OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREVIDEN					
CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER	506,09	0,02%	506,09	0,04%	0,00%
PROVISAO INSS FERIAS	6.444,78	0,31%	8.753,84	0,63%	35,83%
PROVISAO FGTS FERIAS	1.830,21	0,09%	2.349,18	0,17%	28,36%
INSS A RECOLHER	8.266,11	0,40%	8.401,28	0,61%	1,64%
FGTS A RECOLHER	4.809,99	0,23%	2.338,95	0,17%	-51,37%
PROVISAO DE FERIAS	48.083,36	2,31%	62.236,23	4,49%	29,43%
ORDENADOS E SALARIOS A PAGAR	12.077,63	0,58%	19.081,67	1,38%	57,99%
PRO-LABORE A PAGAR	26.037,84	1,25%	3.099,38	0,22%	-88,10%
OUTRAS OBRIGACOES					
CONTAS A PAGAR	3.735,51	0,18%	5.086,77	0,37%	36,17%
PATRIMONIO LIQUIDO	1.835.967,82	88,10%	1.001.064,11	72,25%	-45,47%
CAPITAL SOCIAL					
CAPITAL SUBSCRITO					
CAPITAL SOCIAL	220.000,00	10,56%	220.000,00	15,88%	0,00%

RESERVAS DE LUCROS						
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO	2.868.473,18	137,65%	2.881.632,44	207,99%		0,46%
LUCROS A DISTRIBUIR	0,88	0,00%	202.954,84	14,65%	23062950%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00		-13.159,26	-0,95%		-100,00%
PREJUÍZOS ACUMULADOS						
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	-1.139.933,11	-54,70%	-1.157.710,06	-83,56%		1,56%
(-) PREJUÍZOS NÃO COMPENSÁVEIS	-280.412,02	-13,46%	-280.411,97	-20,24%		0,00%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	167.838,89	8,05%	-852.241,88	-61,51%		-607,77%
TOTAL DO PASSIVO	2.083.868,73	100,00%	1.385.461,95	100,00%		-33,51%

Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 2015, as contas do passivo circulante com maior saldo são: empréstimos de terceiros, fornecedores nacionais e provisão de férias. No ano de 2016, as contas com maior saldo são: empréstimos de terceiros, fornecedores nacionais e provisão de férias. Pode-se observar que se mantém as mesmas contas, em 2015 o passivo circulante apresenta um saldo de 11,90% e em 2016 conta com um saldo de 27,75%.

Ao observar o grupo do patrimônio líquido, é possível observar no ano de 2015 que as contas com maior saldo são: capital social, reservas de lucros para expansão, ajustes de exercícios anteriores e, em saldo negativo os prejuízos acumulados e prejuízos não compensáveis. No ano de 2016, as contas com maior saldo são: capital social, reservas de lucros para expansão, lucros a distribuir e, em saldo negativo os prejuízos acumulados, prejuízos não compensáveis e ajustes de exercícios anteriores. Deste modo, o patrimônio líquido conta com 88,10% no ano de 2015 e no ano de 2016 com 72,25%.

No passivo, algumas alterações também foram presentes de 2015 para 2016 através da análise horizontal. Na conta de empréstimos de terceiros houve um aumento de 100% do valor, a conta fornecedores também tem um aumento de 21,94%. A carga de impostos e salários em 2016 também se apresenta maior, somente a conta de FGTS que tem uma redução de -51,37% e a conta de pró-labore de 88,10%. As contas a pagar também têm um aumento de 36,17%.

No patrimônio líquido, em 2016 a conta lucros a distribuir apresenta um saldo de 202.954,84, já a conta resultado do exercício se apresenta negativa com um saldo de -13.159,26. Mas o fator que mais se destacou neste período é a conta de ajustes de exercícios anteriores, onde a mesma apresentava um saldo de 167.838,89 em 2015 e em 2016 passa a apresentar um saldo muito negativo de -852.241,88.

De modo geral, no grupo do passivo é possível observar que houve um aumento de 55,06%, onde teve crescimento na maioria das contas. Enquanto que no

patrimônio líquido apresenta uma redução de -45,47%, deste modo, a empresa apresenta mais obrigações em 2016 e a necessidade de fazer ajustes de saldos. É importante observar a conta de empréstimos. Essa conta poderia estar alocada no passivo não-circulante, em longo prazo, pelo motivo do valor ser alto e dobrar no ano de 2016. De fato, influenciou no resultado da análise de alguns índices, como os de liquidez.

Assim como no balanço patrimonial, na DRE também houve a inclusão das análises horizontal e vertical. A seguir será apresentado com mais detalhes a demonstração com as respectivas análises.

Tabela 3 - DRE com análise vertical e horizontal

EMPRESA BETA					
				Emissão: 31/12/2016	
				Data Reg. 14/02/2006	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
				Encerrado em 31/Dezembro	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2015	AV% 2015	2016	AV% 2016	AH% 2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS PROD. E SERV.					
RECEITA BRUTA DE VENDAS / SERVIÇOS					
VENDAS DE PRODUTOS E MERCADORIAS					
VENDAS MERCADORIA MERCADO INTERNO	8.003.207,50	100,00%	9.835.699,69	100,00%	22,90%
VENDAS DE SERVIÇOS					
VENDA DE SERV MERCADO INTERNO	0,00	0,00%	6.400,00	0,07%	100,00%
DEDUCAO DA RECEITA BRUTA					
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS					
ISS	0,00	0,00%	-256,00	0,00%	100,00%
PIS/PASEP S/RECEITA BRUTA	-3.691,71	-0,05%	-4.020,55	-0,04%	8,91%
COFINS SOBRE REC. BRUTA	-17.004,23	-0,21%	-18.518,96	-0,19%	8,91%
Receita Líquida	7.982.511,56	99,74%	9.819.304,18	99,83%	23,01%
C.M.V. CUSTOS COMERCIAIS					
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS					
COMPRAS DE MERCADORIAS P/REVENDA	-7.159.608,91	-89,46%	-8.617.814,08	-87,62%	20,37%
(-) PIS A COMPENSAR	2.189,90	0,03%	2.294,64	0,02%	4,78%
(-)COFINS A COMPENSAR	10.086,89	0,13%	10.569,35	0,11%	4,78%
Lucro Bruto	835.179,44	10,44%	1.214.354,09	12,35%	45,40%
ADMINISTRATIVAS					
DESPESAS COM PESSOAL					
SALARIOS E ORDENADOS	-215.766,94	-2,70%	-257.999,68	-2,62%	19,57%
FERIAS	-29.748,30	-0,37%	-40.411,63	-0,41%	35,85%
13 SALARIOS	-18.809,64	-0,24%	-22.572,48	-0,23%	20,00%
INSS	-71.454,38	-0,89%	-88.963,10	-0,90%	24,50%
FGTS	-35.431,28	-0,44%	-33.889,07	-0,34%	-4,35%
SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO	0,00	0,00%	-3.150,00	-0,03%	100,00%
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO	-3.408,38	-0,04%	-398,04	0,00%	-88,32%
EXAMES MEDICOS E MEDICAMENTOS	-2.290,20	-0,03%	-4.091,50	-0,04%	78,65%
UNIFORMES	-80.856,20	-1,01%	-76.211,30	-0,77%	-5,74%
PAT- PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRAI	-11.983,08	-0,15%	-32.089,60	-0,33%	167,79%
OCUPACAO					
ALUGUEL E CONDOMINIO	-47.034,24	-0,59%	-51.319,83	-0,52%	9,11%
MANUTENCAO E REPAROS	-96.158,50	-1,20%	-9.355,73	-0,10%	-90,27%
SEGUROS	-4.802,13	-0,06%	-4.201,56	-0,04%	-12,51%
(-) PIS CRÉDITO S/ ALUGUEL	776,08	0,01%	846,78	0,01%	9,11%
(-) COFINS CRÉDITO S/ ALUGUEL	3.574,60	0,04%	3.900,33	0,04%	9,11%
UTILIDADES E SERVIÇOS					
ENERGIA ELETRICA	-74.091,28	-0,93%	-77.970,76	-0,79%	5,24%
TELEFONE, TELEX E TELEGRAMA	-20.892,30	-0,26%	-20.853,86	-0,21%	-0,18%
CORREIOS E MALOTES	-132,75	0,00%	-104,90	0,00%	-20,98%

(-) PIS CRÉDITO DE ENERGIA ELETRICA	748,18	0,01%	860,51	0,01%	15,01%
(-) COFINS CRÉDITO DE ENERGIA ELETRICA	3.446,16	0,04%	3.963,60	0,04%	15,01%
HONORARIOS					
DIRETORIA	-29.256,00	-0,37%	-38.720,00	-0,39%	32,35%
HONORARIOS CONTABEIS	-25.218,50	-0,32%	-35.940,00	-0,37%	42,51%
DESPESAS GERAIS					
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	-48,88	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
DESP.C/VEICULOS	-1.979,53	-0,02%	-1.956,83	-0,02%	-1,15%
DESP.C/COMBUSTIVEL	-7.264,55	-0,09%	0,00	0,00%	-100,00%
CONSERVAÇÃO E MANUT. DE MAQ. E EQUIPAMEN	-15.603,50	-0,19%	-3.438,90	-0,03%	-77,96%
MATERIAL DE ESCRITORIO	-2.816,75	-0,04%	-8.009,69	-0,08%	184,36%
MATERIAIS AUXILIARES E DE CONSUMO	-5.758,44	-0,07%	-10.088,48	-0,10%	75,19%
COPA,COZINHA E REFEITORIO	-10.000,22	-0,12%	-5.864,21	-0,06%	-41,36%
REVISTAS E PUBLICACOES	-380,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
DONATIVOS E CONTRIBUICOES	-8.892,00	-0,11%	0,00	0,00%	-100,00%
SERV.PROF.SEGURANCA E VIGILANCIA	-6.906,00	-0,09%	-7.657,53	-0,08%	10,88%
SERV.PROF.TREINAMENTO DE PESSOAL	-650,00	-0,01%	-272,70	0,00%	-58,05%
FRETES E CARRETOS	-690,31	-0,01%	-1.138,93	-0,01%	64,99%
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	-2.390,00	-0,03%	0,00	0,00%	-100,00%
DEPRECIACÃO	-44.062,82	-0,55%	-33.136,52	-0,34%	-24,80%
PEQUENOS EQUIPAMENTOS	-7.383,13	-0,09%	-7.438,00	-0,08%	0,74%
FOTOCOPIAS/RECONHECIMENTOS E AUTENTICA	-39,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
SERVIÇOS PRESTADOS POR PJ	-91.781,55	-1,15%	-16.849,33	-0,17%	-81,64%
SEGUROS	-2.851,60	-0,04%	-5.132,88	-0,05%	80,00%
DESPESAS INDEDUTÍVEIS	0,00	0,00%	-64.553,79	-0,66%	100,00%
IMPOSTOS E TAXAS					
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	-8.150,19	-0,10%	-21.837,76	-0,22%	167,94%
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL URBAN	-3.468,65	-0,04%	-6.809,38	-0,07%	96,31%
TAXAS IBAMA	-1.800,00	-0,02%	-3.928,05	-0,04%	118,23%
TAXA DE ALVARÁ DE LICENÇA	-662,40	-0,01%	-862,66	-0,01%	30,23%
IPVA	-651,22	-0,01%	-1.021,45	-0,01%	56,85%
RESULTADOS FINANCEIROS LIQUIDOS					
DESPESAS FINANCEIRAS					
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS	-392,23	0,00%	-549,72	-0,01%	40,15%
DESPESAS BANCARIAS	-2.787,08	-0,03%	-2.990,86	-0,03%	7,31%
VARIACAO MONETARIA	-8,75	0,00%	-165,72	0,00%	1793,94%
MULTAS FISCAIS COMPENSATORIAS	-656,91	-0,01%	-185,06	0,00%	-71,83%
IOF	-8,56	0,00%	-10,45	0,00%	22,08%
RECEITAS FINANCEIRAS					
DESCONTOS OBTIDOS	817,74	0,01%	2.356,77	0,02%	188,21%
RECEITA SOBRE APLICACAO FINANCEIRA	23.383,33	0,29%	8.810,98	0,09%	-62,32%
RECUPERACAO DE DESPESAS	1.558,88	0,02%	2.297,75	0,02%	47,40%
(-) IRRF S/ APLICACÃO FINANCEIRA	-2.104,50	-0,03%	-145,01	0,00%	-93,11%
Resultado Oper.Antes Provisoes	-128.038,46	-1,60%	235.103,86	2,39%	-283,62%
RESULTADOS OPERACIONAIS					
OUTRAS RECEITAS					
OUTRAS RECEITAS					
AMOSTRAS GRATIS/BRINDES RECEBIDOS	76,82	0,00%	50,84	0,00%	-33,82%
RECEITA DE MERCADORIAS BONIFICADAS	0,00	0,00%	457,33	0,00%	100,00%
GANHOS E PERDAS DE CAPITAL NOS INV					
GANHOS E PERDAS CAP. NO ATIVO DIF.					
CUSTO DE VENDA ATIVO IMOBILIZADO	0,00	0,00%	-24.202,78	-0,25%	100,00%
VENDA ATIVO IMOBILIZADO	0,00	0,00%	35.000,00	0,36%	100,00%
ICMS VENDA ATIVO IMOBILIZADO	0,00	0,00%	-840,00	-0,01%	100,00%
Resultado Antes Prov.IR	-127.961,64	-1,60%	245.569,25	2,50%	-291,91%
PROVISÃO P/ IRPJ E CSLL					
PROVISAO P/ IRPJ E CSLL					
PROVISAO P/ IRPJ	-4.126,96	-3,23%	-40.849,92	16,63%	889,83%
PROVISÃO P/ CSLL	-2.476,18	-1,94%	-19.542,27	7,96%	689,21%
Prejuízo do Exercício / Lucro do Exercício	-134.564,78	-1,68%	185.177,06	1,88%	-237,61%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a coluna da análise vertical presente na DRE, é possível identificar que no ano de 2015 houve prejuízo. No “resultado operacional antes provisões” já apresenta prejuízo, com -1,68%, que representa R\$ -134.564,78. A empresa não teve

receita suficiente para arcar com suas despesas. Por outro lado, em 2016, a empresa gerou maior receita, chegando a um lucro de 1,88%, que equivale a R\$ 185.177,06.

Por outro lado, na análise horizontal, é possível identificar algumas mudanças de 2015 para 2016, do qual contribuiu para entidade obter lucro. As vendas de mercadoria tiveram um aumento de 22,90%, a empresa também apresentou serviços, mas seu valor é pouco representativo conforme a análise vertical. Por haver maior venda e prestação de serviços, apresentou uma maior carga tributária de impostos.

Em suas despesas, a maioria das contas também apresentaram um aumento. Enquanto outras contas não apresentaram despesas ou houve redução. Desde modo, ao final do exercício de 2016, a empresa apresenta lucro, onde tem um aumento de 237,61%, partindo do prejuízo que ocorreu no ano de 2015.

Na DRE, no ano de 2016 a empresa se recuperou de um prejuízo do qual apresentou em 2015. A mesma apresentou um maior saldo de vendas, contando com um aumento de R\$ 1.832.492,19 e, por outro lado, suas despesas teve um aumento pequeno com relação ao ano anterior, apresentado um aumento de R\$ 16.032,33. Por fim, a empresa apresentava um prejuízo em 2015 de R\$ -134.564,78 e passa a obter um lucro em 2016 de R\$ 185.177,06.

3.3 ANÁLISE DOS INDICADORES CCL, LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

Conforme os indicadores mencionados ao decorrer do texto, serão apresentados a seguir os resultados de cada um.

Tabela 4 - CCL, Índices de Liquidez e Endividamento

ANÁLISE DOS INDICADORES	2015	2016
Capital Circulante Líquido		
Capital Circulante Líquido (CCL)	1.507.923,45	725.149,96
Capital Circulante Líquido com Recursos Permanentes (CCL com RP e LP)	1.507.923,45	725.149,96
Índices de Liquidez		
Índice de Liquidez Corrente	7,08	2,89
Índice de Liquidez Seca	5,54	1,81
Índice de Liquidez Imediata	5,12	1,30
Índice de Liquidez Geral	7,08	2,89
Indicadores de Endividamento		
Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais	0,12	0,28
Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre o Capital Próprio	0,14	0,38
Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endiv. Total	1,00	1,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

As análises horizontal e vertical foram incluídas junto as demonstrações para melhor verificabilidade dos valores e o quanto representa cada conta contida nas demonstrações. A seguir será descrito os detalhes sobre cada índice calculado.

3.3.1 Capital Circulante Líquido (CCL)

No CCL de 2015, é possível identificar que a empresa apresenta saldo em seu ativo circulante suficiente para arcar com as obrigações presentes no passivo circulante, ficando com um CCL de R\$ 1.507.923,45. No ano 2016, há uma diminuição significativa neste saldo por conta da baixa da empresa filial no ano de 2015, no grupo do passivo também há um aumento conforme a análise horizontal, sendo assim, apresenta um CCL de R\$ 725.149,96.

Fazendo uma análise do CCL com os recursos permanentes e operações realizadas a longo prazo, foi possível identificar que a empresa Beta não possui obrigações alocadas ao grupo de longo prazo no passivo. Já no ativo não-circulante, também não se apresentam operações de longo prazo, a mesma se apresenta desta forma nos dois anos analisados. Com estas informações, a apuração do CCL com RP e LP se apresenta da seguinte forma, conforme a estrutura abaixo.

Quadro 10 - CCL Com RP e LP

ATIVO CIRCULANTE (AC)	PASSIVO CIRCULANTE (PC)
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)
ATIVO NÃO CIRCULANTE (AÑC)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a tabela, a mesma demonstra que a empresa não possui operações de longo prazo no ativo e passivo. Os grupos presentes no ativo são ativo circulante

e não circulante, onde consta investimentos e imobilizado. Já no grupo do passivo, estão presentes somente passivo circulante e patrimônio líquido.

O resultado do CCL com RP e LP se apresenta positivo em ambos períodos, no ano de 2015 e 2016, o CCL com RP e LP se apresenta basicamente da mesma forma. É importante notar que o passivo circulante está financiando parte do ativo circulante, sendo o restante financiado pelo patrimônio líquido.

3.3.2 Índices de Liquidez

Analisando o índice de liquidez corrente, para cada R\$ 1,00 real de dívida, a empresa conta com R\$ 7,08 em 2015 e R\$ 2,89 no ano de 2016. Deste modo, a empresa possui uma boa folga financeira com o índice de liquidez corrente. Pode-se notar que houve uma redução de 2015 para 2016 por conta da baixa da empresa filial e um aumento no passivo circulante, este fator influenciará nos demais índices.

Já no índice de liquidez seca, mesmo a empresa não contando com o seu estoque, ainda possui condições para quitar suas dívidas, sendo para cada R\$ 1,00 de dívida, apresentando R\$ 5,54 em 2016 e R\$ 1,81 em 2015.

No índice de liquidez imediata, a empresa contará somente com as disponibilidades imediatas. Sendo levado em consideração as contas: caixa, bancos e aplicações, que é considerado por esta conta estar presente no ativo circulante. Através do cálculo, para cada R\$ 1,00 real de dívida, a empresa conta com R\$ 5,12 em 2015 e R\$ 1,30 no ano de 2016. Deste modo, ainda apresenta folga financeira.

Analisando o índice de liquidez geral, onde são considerados os grupos ativo circulante e passivo circulante e mais os grupos de longo prazo. Por não haver operações de longo prazo, para cada R\$ 1,00 real de dívidas, a empresa conta com R\$ 7,08 em 2015 e R\$ 2,89 de disponibilidade para liquidar suas dívidas.

3.3.3 Índices de Endividamento

Ao analisar os índices de endividamento, é importante lembrar que o resultado não pode ultrapassar o fator que está sendo relacionado. Neste caso, o fator a ser analisado será expresso em real, não podendo ser maior que R\$ 1,00.

Analisando o Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais, são levados em consideração o quanto o exigível total representa em relação ao exigível total + patrimônio líquido, onde a empresa não apresenta saldo no grupo de longo prazo. É possível identificar que para cada R\$ 1,00 real de recursos totais, a empresa conta com R\$ 0,12 em 2015 e R\$ 0,28 em 2016.

No Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre o Capital Próprio, representa o quanto o exigível total representa com relação ao patrimônio líquido. Assim, para cada R\$ 1,00 presente no patrimônio líquido, o exigível total representa R\$ 0,14 em 2015 e R\$ 0,38 em 2016.

Fazendo a análise do Índice de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total, onde é o quanto o passivo circulante representa em relação ao exigível total. É possível notar que no passivo não possui o grupo do passivo não-circulante, por este motivo, o resultado será nulo, representando R\$ 1,00 real.

De modo geral, a empresa apresenta em 2015 uma boa situação, onde não está alocado uma grande quantidade de obrigações, já em 2016 passa a representar mais por conta do aumento do grupo do passivo circulante. A empresa apresentou ótimos resultados nas análises no ano de 2015. Em todos os índices de liquidez, a mesma apresentou uma boa folga financeira com relação as suas dívidas. No ano de 2016, por haver a baixa da empresa filial e aumento de obrigações presentes no passivo circulante, gerando influência no resultado das análises.

As respectivas demonstrações originais disponibilizadas e utilizadas para a análise da empresa se apresentam em anexo neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, entende-se que a análise das demonstrações contábeis é de suma importância para uma empresa. Os resultados levantados através da análise são relevantes para verificabilidade e tomada de decisões. Este trabalho buscou analisar a situação financeira de uma empresa do ramo de combustíveis no ano de 2015 e 2016.

O problema de pesquisa foi respondido por meio da análise da situação financeira da empresa. A situação financeira é importante e vem sendo cobrada cada vez mais por fornecedores e bancos ou entidades financeiras. Os dados presentes no relatório da situação financeira demonstram a capacidade da empresa de saldar suas obrigações. É importante que a empresa realize os registros de maneira correta, visando sempre a fidedignidade e a relevância.

A empresa ainda não havia desenvolvido uma análise da situação financeira. De fato, isso é algo que grande parte das empresas ainda não utilizam, onde a análise das demonstrações faz parte do planejamento e deve ser apresentada nas reuniões com os gestores da empresa. Através da análise das demonstrações contábeis, foi possível mensurar a situação financeira da empresa Beta. Em seus resultados obtidos através dos índices, a empresa apresenta uma boa situação financeira em 2015 e 2016. Foi notado que a empresa não apresenta operações de longo prazo, deste modo apresentando giro rápido em seu ciclo operacional.

Dessa forma, os objetivos foram alcançados por meio do levantamento de dados e aplicação da análise no balanço patrimonial e DRE. Conforme citado anteriormente, a conta empréstimos presente no passivo circulante se apresentaria melhor alocada no grupo do passivo não circulante. Foi passado para a entidade passar a desenvolver mais a análise das demonstrações e discutir os resultados da mesma em reuniões.

Em vista dos argumentos apresentados, foi sugerido para a empresa cobrar a análise das demonstrações contábeis do escritório de contabilidade, já que o mesmo presta honorários contábeis. Se o escritório alegar que este serviço não está presente no contrato e preferir não desenvolver, é interessante buscar outras alternativas com outros profissionais que tenham mais domínio nesta área.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10º Ed. São Paulo: Atlas, 2010;

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 8º Ed. São Paulo: Atlas, 2007;

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012;

BRASIL, **Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017;

_____. BRASIL, **Lei nº 11.638, 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017;

_____. BRASIL, **Lei nº 11.941, 27 de maio de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017;

_____. BRASIL, **Resolução nº 530, 23 de outubro de 1981**.. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_530.doc>. Acesso em: 25 ago. 2017;

_____. BRASIL, **Resolução CFC nº 1.055, 07 de outubro de 2005**.. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2017;

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 20 abr. 2017;

_____. COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 20 abr. 2017;

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2010;

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Gerencial**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 1998;

_____. **Teoria da Contabilidade**. 8º Ed. São Paulo: Atlas, 2006;

_____. **Análise de Balanços**. 11º Ed. São Paulo: Atlas, 2017;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6º Ed. São Paulo. Atlas, 2011;

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7º Ed. São Paulo. Atlas, 2012;

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual da Contabilidade Societária**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2013;

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 1º Ed. São Paulo: Atlas, 2014;

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2010;

SEVERINO, Antônio Joaquin. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANEXOS